

Memorial¹

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

1. Introdução geral e resumo

Ao tratar de meu processo de progressão como Professor do Instituto de Ciências Sociais, vem a propósito lembrar o que dizia Pierre Bourdieu sobre o caráter *ad hoc*, factício mesmo, de toda apresentação biográfica e autobiográfica; segundo o sociólogo francês, tal tipo de narrativa seria sempre uma seleção dos acontecimentos de uma existência, em que o critério orientador da mesma seleção seria o “da qualidade social do mercado em que é oferecido” (Bourdieu, IN Amado e Ferreira, 2006: 189). Tendo em vista que, no meu caso pessoal, a minha formação acadêmica foi interdisciplinar e, por isso mesmo, sumamente aberta à contingência, esta apresentação corre o risco de ser ainda mais artificial. Vem a pelo, portanto, a necessidade de inscrever de antemão esta apresentação numa moldura, de desenrolá-la a partir de um eixo que não seja os dos acasos, positivos ou negativos, de uma existência singular. Acredito que, para tal, teria de inscrever a minha biografia acadêmica sobre uma base mais objetiva do que a simples exposição autobiográfica. Para tal, buscarei auxílio numa base temporal que ultrapasse o meu tempo de vida e que a inscreva num quadro mais propriamente histórico-sociológico, a saber, a minha história familiar. Não que eu ignore que uma história familiar seja tão artificiosa – e mesmo mitológica – quanto uma biografia singular. Apenas, na sequência das gerações no tempo histórico, é possível perceber, ao menos, certas repetições, certas regularidades, que podem funcionar – especialmente numa exposição que remete ao campo das Ciências Sociais – como base de uma elaboração ideal típica, no sentido weberiano da palavra, isto é, como uma súpula dos fatos mais representativos de uma existência singular.

Comecemos, assim, por dizer, com a história de uma família, e, evitando as ficções apologéticas *ex post* deste tipo de literatura, digamos que, tanto quanto pode alcançar a minha memória consciente, a história intergeracional do meu grupo familiar caracteriza-se pela recorrência de um tipo ideal do

¹ Memorial defendido publicamente na data de 7 de dezembro de 2018, perante a banca composta pelos professores: Maria Claudia Coelho (UERJ), Carmem Feijó (UFF), Lená Medeiros de Menezes (UERJ), José Reginaldo Gonçalves (UFRJ), Moacir Palmeira (UFRJ) e Myriam Moraes Lins de Barros (UFRJ).

pensamento social brasileiro – o do bacharel funcionário público, nas suas dimensões mais típicas que poderiam ser resumidas no triplo “m” – milícia, magistério, magistratura. O que importa, na medida mesma em que nos coloca para além da história de uma família e dentro de um determinado contexto histórico – o do Brasil do final da República Velha e do início da Era Vargas – e, neste contexto, com a história de um determinado projeto político compartilhado: o de levar o país à modernidade capitalista, e , com ela, á racionalidade econômica, técnica, científica e legislativa. É nessa *superfície social* – para usarmos, novamente, o termo de Bourdieu (op.cit., 190) que se desenrola a minha história familiar e também individual.

Sem entrar em muitos detalhes que aqui seriam deslocados², narrar a história dos que me precederam , pais e avós, é – como dizia Žižek – falar não apenas dos seus êxitos, do que conseguiram fazer, mas também, e principalmente, do que não conseguiram realizar – as suas oportunidades perdidas (Žižek, 2006: 341). Ora, pode-se dizer que um traço representativo daqueles que me precederam foi exatamente o fato de terem sido intelectuais de classe média que aderiram – entusiasticamente - a uma proposta de Modernidade capitalista , de modernização econômica, política e social, a partir de bases puramente racionais, instrumentais e iluministas – de forma criteriosa e competente; mas, também, com a consequência última de que, muito embora tivessem galgado posições de responsabilidade, jamais chegaram a uma posição propriamente diretiva. Faltou-lhes algo além da mera – e inegável – qualificação: conexões, “amistosidades” – mais exatamente, o elemento contingente, *pré-moderno*, não-meritocrático, pelo qual pudessem ter melhor plotado a sua trajetória no curso histórico da almejada Modernidade brasileira. Se, como escreve Habermas, parafraseando Arnold Ruge, a Modernidade consiste exatamente na identidade entre a Filosofia e a realidade histórica (Habermas, 1990:57) a História realizando a Filosofia – então a trajetória dos meus maiores refletiria precisamente o caráter *falhado* da Modernidade brasileira, a sua subsunção do desenvolvimento econômico a relações políticas e sociais atrasadas. Como escreve Roberto Schwarz, no rescaldo do Golpe de 1964 e dos Anos de Chumbo, a modernidade capitalista brasileira, dependente e subordinada, ao mesmo tempo em que revoluciona e transforma a base econômica, “revive e tonifica a parte de arcaísmo ideológico e político que necessita para a sua estabilidade” (Schwarz, 1992:74).

² Remeta-se o leitor deste, no entanto, a um trabalho meu recente sobre a atividade intelectual e profissional do meu avô materno (Rebello de Mendonça: 2018).

Ou talvez mais: nesta trajetória intergeracional de ascensões truncadas, tipicamente brasileira, talvez reflita-se o caráter frustrado de *toda* Modernidade capitalista, a subordinação do ideal iluminista ao elemento inevitavelmente não iluminista do privilégio adquirido e do *vested interest*.

Minha formação inicial foi de economista, tanto na graduação quanto no mestrado, e meus objetivos profissionais eram menos acadêmicos do que chegar a ser um gestor na Administração Pública. Acontece, no entanto, que por alguma deficiência pessoal – talvez o *ethos* artístico (as Artes Plásticas tendo sido sempre o meu *violon d'Ingres*) e literário (o gosto pelas línguas estrangeiras e pelas leituras) – não consegui chegar a tal posição. De fato, no decorrer dos anos 1980 e da transição à Democracia do pós-ditadura, não foi difícil perceber que o Brasil não reviveria facilmente o ideal de uma Modernidade desenvolvimentista como concebida nos anos 1960, seja da forma imaginada pelos membros do ISEB (de onde minha mãe havia trazido um exemplar da primeira aula inaugural do instituto, dada por Álvaro Vieira Pinto), seja pelo Concretismo... Já na minha dissertação de Mestrado, que tratava da organização disfuncional do mercado de trabalho brasileiro no rastro das migrações internas dos anos 1970, pareceu-me já que um traço bastante saliente da Modernidade brasileira era a sua base atrasada – que este ideal de Modernidade repetia o topos do que Roberto Schwarz chamaria “as ideias fora do lugar” (Schwarz, 2014).

No entanto, e se as ideias da Modernidade estivessem fora do lugar *em toda parte*? Já no final dos anos 1980, eu já havia ido fazer um doutorado em Sociologia onde defendi uma tese interdisciplinar sobre Keynes, em que eu sublinhava que o grande reformador do Capitalismo já havia descoberto o quanto a Economia de Mercado, no que diz respeito a variáveis tão importantes quanto o poder de compra da Moeda, o padrão ouro, a taxa de juros, envolviam elementos inteiramente artificiais e arbitrários no que diz respeito à distribuição do Produto Social Geral da atividade econômica. O que Keynes dizia, parecia-me ser que a Modernidade capitalista, sob sua aparência de racionalidade, encontrava-se carregada de irracionalidades que não eram meras patologias, mas partes essenciais do funcionamento do sistema capitalista na sua generalidade.

É precisamente a partir daí que explico o mau mais duradouro interesse intelectual – que, até o momento, tem rendido três livros publicados em coedição pela FAPERJ e um quarto já aprovado para publicação – a obra de Trotsky.

Usualmente, o marxismo é interpretado como parte do Discurso

Filosófico da Modernidade – mas, na leitura favorecida pela Teoria Crítica, entre outras, como uma expressão de um projeto de Modernidade econômica, fundado no desenvolvimento das Forças Produtivas, e, como tal, excluído de uma dimensão emancipatória. Ora, é em Trotsky e em sua noção do Desenvolvimento *desigual e combinado* que encontramos, no meu entender, uma reinterpretação do marxismo no sentido de afirmar o caráter essencial e internamente *contraditório* da Modernidade capitalista, o fato de que a Modernidade econômica afirma uma racionalidade econômica aparente que a organização política e social da sociedade burguesa na sua generalidade *desmente* a todo o momento, uma contradição perene e explosiva entre a promessa formal de racionalidade e igualdade e a realidade da irracionalidade e da desigualdade – o que explica a “permanência” da Revolução e do projeto socialista.

Investigar esta contradição entre a promessa da Modernidade e a sua *realidade*, em todos os níveis da vida social – na política, nas relações macrosociológicas, na vida cotidiana mesmo – me parece um projeto intelectual suficiente para ocupar o que me resta de vida acadêmica, como professor, autor, e orientador. E certamente é uma forma de prosseguir – e, de certa forma, vindicar – a trajetória dos que me precederam.

2. Exposição de carreira

2.1. Formação acadêmica

Formei-me em 1980 como economista, na atual Universidade Candido Mendes – Ipanema. Em 1982, fui admitido no programa de Mestrado em Economia Industrial do então Instituto de Economia Industrial da UFRJ (atualmente apenas IE), na Praia Vermelha, então recém constituído, e que tinha a proposta de – em oposição à ortodoxia econômica neoclássica então dominante - criar uma pós-graduação em Economia sobre bases teóricas mais institucionalistas e, portanto, mais atentas às condições sociopolíticas de formulação e execução de políticas econômicas alternativas. Foi orientado, portanto, por uma socióloga – a professora Maria Valéria Junho Penna – que elaborei uma dissertação de Mestrado que tratava das transformações do mercado de trabalho no Brasil a partir da análise das grandes estatísticas nacionais sobre migrações internas nos anos 1970. Esta dissertação – que seria hoje inviável, dados os quatro anos gastos na sua redação – tinha o

valor heurístico de sustentar que a urbanização maciça da população e do mercado de trabalho do Brasil nos anos 1970 (os Anos de Chumbo – o que não era nenhuma coincidência) devia-se menos ao avanço do processo de industrialização e muito mais à latifundização do campo sob a férula do agronegócio, em que a mecanização e a gestão centralizada da grande exploração agrícola haviam provocado a liquidação de uma grande parte da agricultura familiar e a conseqüente liberação coercitiva de um excedente populacional ocupado no campo (o “hiperemprego”, como o chamava o conservador Eugênio Gudín, cf. Bielchowsky, 1996:41 sqq.) destinado à engrossar duradouramente as periferias urbanas e a ocupação informal. Pode-se dizer, portanto, que este foi meu primeiro contato intelectual com o caráter particularmente regressivo da modernidade brasileira.

Ao entrar no programa de Doutorado em Sociologia do então IUPERJ em 1987, eu tinha o desejo precisamente de explorar essa noção de uma modernidade contraditória. Interessado originalmente em trabalhar na área da Sociologia do Trabalho, acabei por realizar – graças à compreensão e ao apoio do meu orientador acadêmico e de tese, os saudosos professores Ricardo Benzaquem de Araújo e Edmundo Campos Coelho – uma tese interdisciplinar no campo da Teoria, concentrando-me sobre a obra do economista inglês Keynes, no qual reconheci que este pensador econômico, a partir de uma base epistemológica extremamente estreita – a da Economia Neoclássica inglesa da época vitoriana – e ignorando ou opondo-se ao marxismo e mesmo ao institucionalismo, havia desvendado o caráter artificial da noção de um Livre Mercado autorregulado e em equilíbrio normal, demonstrando que a reprodução bem sucedida do Capitalismo dependeria de variáveis exógenas – a taxa de juros, a política monetária, e, principalmente, as decisões de investimento – influenciadas por toda sorte de contradições políticas e sociais.

Assim, desde o início da minha carreira acadêmica, tenho trabalhado sobre um eixo de interesse que consistiria, exatamente, em trabalhar sobre as diversas instâncias de uma modernidade contraditória, dividida contra si mesma – seja no campo econômico como no político e cultural.

2.2. Atividade Profissional

Trabalhei em algumas faculdades particulares (UCAM, Univercidade, UNESA) durante a década de 1980, mas a partir de 1993 fixei-me nas posições de professor na UERJ (tempo parcial), na UFRJ (tempo integral) e

na PUC. Tenho lecionado principalmente Teoria Sociológica e Política, após um período em que trabalhei em pesquisa sobre Economia da Tecnologia na UFRJ, sob a direção da falecida professora Anna Luiza Ozório de Almeida. Tenho me preocupado, na UERJ, em lecionar principalmente sobre Teoria Crítica da Sociedade e sobre Sociologia da Cultura e da Arte.

2.3. Produção Intelectual

Começamos do começo: os meus primeiros artigos referem-se principalmente à minha atividade de economista, que iniciou-se como pesquisador autônomo na UFRJ, entre 1986 e 1989, na área de Economia do Trabalho (quando participei como assistente da elaboração de um estudo sobre o mercado de trabalho no Brasil por encomenda do Ministério do Trabalho à UFRJ, sob a direção do Prof. Claudio Salm) e da Ciência e da Tecnologia (como já dito, como colaborador da Profa. Anna Luiza Ozorio), assim como durante o meu período como participante de um grupo de Economia regional na Cândido Mendes de Campos dos Goitacazes entre 1986 e 1989. Estes trabalhos ocupavam-se com a constituição de alternativas de governo em termos, seja da geração de empregos em âmbito nacional, seja de geração de oportunidades alternativas de ocupação como o Norte do Estado do Rio (“os restos do latifúndio” como dizia a profa. Anna Luiza) e/ou de geração de valor agregado ao produto de atividades agrícolas na fronteira amazônica. Ora, historicamente não seriam estas alternativas que iriam prevalecer na agricultura (e na pequena empresa) brasileira nos trinta anos seguintes.... por mais que estes trabalhos – como outros tantos, inumeráveis – buscassem demonstrar a viabilidade econômica destas estratégias alternativas de geração de renda e emprego. A questão de uma modernidade econômica não apenas contraditória, mas excludente, adquiria para mim, academicamente, importância fundamental. Já no meu primeiro trabalho de envergadura como pesquisador, que era um relatório ao Ministério do Trabalho, ficava estabelecido que o desenvolvimento econômico, por si só, não seria capaz de melhorar significativamente, em termos qualitativos a posição do Trabalho *vis-à-vis* do capital no Brasil, primeiro porque a acumulação de Capital no agronegócio continuaria atuando no sentido de *destruir* oportunidades de ocupação, segundo porque a concentração de renda persistente atuava no sentido de rebaixar de saída as reivindicações dos trabalhadores (Salm, Org., 1987). Posteriormente, trabalhei em dois projetos de pesquisa – um financiado

pela Finep e coordenado pela Profa. Anna Luiza, sobre o Estado das Artes das Biotecnologias no Brasil, de forma mais ou menos concomitante com o meu trabalho de pesquisa - parcialmente financiado pelo IPEA - na Cândido Mendes de Campos dos Goitacazes, sobre desenvolvimento da agricultura familiar nesta região do Estado, em contraposição ao complexo agroindustrial da cana de açúcar. Ambos estes projetos, uma vez convertidos em relatórios de pesquisa (Almeida et alli, 1990; Rebello de Mendonça, 1990) deram conta de que estas atividades econômicas “alternativas” apresentavam grande plasticidade econômica e mostravam-se bastante dinâmicas do ponto de vista da acumulação de capital, mas que não eram capazes de superar a predominância das atividades econômicas mais tradicionais, ainda que menos dinâmicas e mais rotineiras. O problema que se punha era o de que o mero processo de desenvolvimento econômico, por maior que fosse a sua complexidade e dinamismo, não era capaz, por si só, de pôr fim ao caráter socialmente desigual e politicamente atrasado do sistema social na sua totalidade. O papel desempenhado por uma *Cultura* e uma *Política* no interior de qualquer processo concreto de mudança social adquirem, assim, uma importância fundamental. Como, em 1993, comecei a trabalhar como professor concursado na UERJ, esta questão é que viria a organizar grande parte, senão a totalidade, da minha atuação subsequente como cientista social no senso estrito.

Fixei os meus interesses de pesquisa mais recentes nas áreas da Sociologia Política marxista, Sociologias da Cultura e da Arte. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que tenho uma atividade como artista plástico não-profissional que chega a anteceder a minha carreira acadêmica, envolveu um esforço de formação razoável (completei minha especialização em pintura na Escola de Artes Visuais em 2000, sob a orientação de Daniel Senise, tendo feito também cursos de fotografia), e que tal atividade foi feita principalmente no campo da pintura figurativa, em que, ligando-me à tradição expressionista da Nova Subjetividade alemã, procurei sempre introduzir o comentário político e social dentro dos meus trabalhos, para além da expressão de uma mera subjetividade individual - dentro da postulação de Benjamin de que a arte moderna - desde que não-fascista - só poderia superar a banalização que a Indústria Cultural lhe impôs pela via da sua politização ; a politização da Arte é o único antídoto à uma estetização fascizante - e vazia - da Política (Benjamin, 1977: 44).

Minha grande questão acadêmica, no entanto, fez-se precisamente num sentido inverso ao do marxismo mais convencional: mais do que buscar

um sentido material original dos fenômenos sócio-políticos, minha maior preocupação intelectual acabou por ser a de determinar de que forma o processo objetivo de modernização econômica, ainda que sobre determinando (para utilizar o termo de Althusser) objetivamente a reprodução de uma sociedade de classe, sofre a influência contingente e subjetiva dos diversos discursos políticos e culturais, e de que maneira estas diversas modernidades “alternativas” concorrem uma com as outras no decorrer de um processo histórico. Vivendo numa sociedade em que historicamente o discurso da modernidade sempre esteve “fora do lugar” porque sempre associado, mais do que ao conservadorismo, à obsessão da ordem e da hierarquia, à mobilização autoritária disciplinadora e heteronômica, a questão de uma alternativa política e cultural à tal modernidade dominante sempre pareceu-me revestir-se de uma importância fundamental.

Daí o meu interesse crescente pelas questões de Sociologia da Cultura – que me levaram a participar, na UERJ, do grupo de pesquisa sobre Arte Cultura e Poder organizado pela professora Myrian Sepúlveda, lecionar inúmeros cursos de eletivas – e, também, os trabalhos que publiquei (um deles com a colaboração da professora Bianca Freire-Medeiros) sobre os seriados americanos *Xena* e *Rome*, cujo tema de fundo era a *plasticidade* da mitologia grega e da história romana, sua capacidade de serem reapropriadas nos mais diversos contextos históricos pelos mais diversos sujeitos – bem de acordo com a noção, cara ao marxismo de Walter Benjamin, de que a “ressurreição” do passado, a recuperação e a reapropriação das suas contradições não resolvidas está na base do processo de constituição do sujeito revolucionário (Benjamin, 1985). Esses trabalhos não devem ser entendidos como uma apologética dos produtos da Indústria Cultural, e sim como uma tentativa de opor, à ideia nietzscheana de que “os fatos não existem” – ou, como diz Paul Veyne (1983), o que existe é apenas uma imaginação constituinte que fala de nada e para nada – a ideia de que o mais importante, numa narrativa histórico-mitológica (ainda que subliterária), é menos a determinação de um qualquer sentido originário do que a maneira como o sentido destas narrativas é, historicamente, periodicamente *adicionado e transformado*. E seriam precisamente estas mudanças de sentido que dão conta das contradições sociais e políticas de uma época, assim como das diversas tentativas de resolução destas mesmas contradições. Não sendo o desenvolvimento econômico um processo linear e unívoco, as questões político-ideológicas adquirem uma importância central na análise

sociológica da nossa época – e com ela a questão dos diversos sujeitos destes processos.

Durante a década de 1990, paralelamente à redação da minha tese de doutorado, escrevi alguns artigos exploratórios – dois dos quais chegaram a ser publicados na revista *Dados*, a respeito da temática da Revolução na obra de Trotsky, na qual eu tomava partido do caráter de “herdeiro indomado da tradição marxista” do revolucionário russo para discutir, precisamente, o caráter *subjetivo* que o processo revolucionário e pós-revolucionário tomava na obra do mesmo, a centralidade da questão da *direção* revolucionária no estabelecimento do sentido último do processo revolucionário, a inexistência de um sujeito histórico que já surgisse com a compreensão “feita” das tarefas objetivas a empreender. Uma questão importante vis-à-vis da dinâmica paradoxal da nossa época, cuja característica mais saliente é exatamente o aprofundamento claro e *objetivo* das contradições normais do Capitalismo, mas associadas ao “borramento” *subjetivo* do Proletariado como sujeito contra-hegemônico suposto (em grande parte, aliás, em função do *aprofundamento* de um processo de proletarianização que constantemente torna imprecisa a divisão econômica entre o Proletariado e a Pequeno-burguesia, sem que esta perca, no entanto, seu *ethos* próprio). E, em Trotsky, o marxismo é, acima de tudo uma práxis – no sentido estrito, helênico, da palavra: o sentido do processo histórico revela-se διὰ τὰς πράξεις - através da *ação concreta*, “pragmática” dos sujeitos. Nos referidos artigos, um dos quais era sobre o conceito de “Revolução Permanente”, eu implicitamente contestava os pressupostos metodológicos de uma das modas intelectuais da época – o “marxismo anafítico” à maneira de Jon Elster e G.A. Cohen, que queria fazer do marxismo uma análise “sociológica” de tipo durkheimiano, explicando a mudança social e a transformação das relações de produção a partir de *regularidades comportamentais*, de comportamentos individuais racionais mais ou menos obrigatórios (“Marxismo da Escolha Racional”). Contrariamente a isto, o marxismo de Trotsky coloca ênfase no propriamente histórico, entendido como *singularidade*, *contingência*, como “crítica concreta das situações concretas” entendidas na suas *particularidades*.

Existe uma frase pouco conhecida de Trotsky, nos seus cadernos de anotações para a biografia de Lenin, em que ele se pergunta o que um marxista poderia fazer da noção freudiana de Inconsciente, como aquilo que já não é mais a Matéria, mas ainda não é o Ser Consciente (Trotsky, 1986: 107). Tal significa trabalhar a questão do papel do *desejo* – e do seu caráter idiossincrático - *vis-à-vis* do Materialismo Histórico – o qual, com Trotsky,

se torna definitivamente *histórico*: particular, e não uma mera repetição de um esquema explicativo geral, de uma generalidade “sociológica”.

2.2.1. Livros Publicados

Com exceção de dois trabalhos publicados como livro pela UCAM-Campos dos Goitacazes na década de 1980, minha produção de livros diz respeito, fundamentalmente, à minha publicação de, até o momento, cinco trabalhos de um comentário sobre a obra *escrita* de Trotsky, que, pelo seu caráter particular, passo a detalhar aqui.

É bem sabido que Marx foi “normalizado” como objeto de estudo acadêmico, no final do século XIX, ao preço de ser tido como um economista ou um sociólogo, assim como da rejeição das suas bases filosóficas idealistas e de um mecanicismo que praticamente “foraclui” a questão da agência individual no Materialismo Histórico – que, sempre que é retomada, coloca sempre o problema de um “retorno” ao Idealismo hegeliano – de Lukács a Žižek. É ao filósofo esloveno que devo uma expressão econômica do problema de que aqui se trata: a relevância concreta do marxismo para os dias de hoje implica em romper com o “fetiche” do sujeito revolucionário “autêntico”, produto necessário das contradições de classe – pois este sujeito simplesmente *não existe* (Žižek, 2006: 337). É claro que a solução de Žižek para este problema, como apontava um meu orientando de doutorado na sua tese (Gajanigo, 2012), é falha, porque idealista e estranha ao Marxismo: tal solução implicaria em revalorizar “Lênin” ou o “Proletariado” como simples *significantes*, expressões ideais de uma posição *subjetiva*, uma “negatividade” social (id., 341). Só que a imperfeição da posição žižekiana aponta para uma questão concreta, que é o fato de que parece faltar ao marxismo, ainda hoje, uma dimensão propriamente “compreensiva” no sentido weberiano da palavra, uma “crítica concreta das situações concretas” – uma Sociologia propriamente histórica. E é aqui que entra a importância própria da obra de Trotsky.

Se pensarmos na obra do próprio Lênin, notamos que ela carece de uma dimensão propriamente histórica, no sentido de que a leitura de *O que fazer?* e *O Estado e a Revolução* não nos permite fazer uma descrição concreta da Revolução Russa – a historicidade propriamente dita é um pano de fundo, algo que fica em segundo plano diante das considerações gerais. A obra de Trotsky, pelo contrário – especialmente por ser uma iceberg, em que a parte mais visível encobre toda uma massa de escritos pouco acessíveis

e multifacetados – é principalmente *histórica*: chega ao geral a partir do entendimento das circunstâncias particulares, e nisso introduz no marxismo um elemento que lhe falta frequentemente – uma sociologia propriamente *política* e uma constante preocupação com o processo de constituição dos sujeitos. Enquanto que em Lenin, e.g., existe a crítica do economicismo e do espontaneísmo, e a afirmação da necessidade da vanguarda – mas não a descrição do seu processo de constituição concreto – em Trotsky o que se encontra no primeiro plano é exatamente a constituição dos sujeitos dentro da sua especificidade histórica.

Não sendo historiador, nunca foi meu propósito contar a biografia de Trotsky, ou a história da URSS, de maneira a vindicar ou justificar o revolucionário russo através do *wie es eigentlich gewesen*. O que sempre me interessou foi entender a obra de Trotsky como um instrumento que possibilitasse entender a dinâmica social do Capitalismo – e principalmente sua expressão *política* – hoje. Existe toda uma vertente do pensamento de Esquerda – principalmente a de inspiração frankfurtiana – que, ao identificar o movimento socialista como um reflexo da dinâmica econômica e social do “mundo do trabalho”, considera que a política do Socialismo só poderia refletir o caráter disciplinador, hierarquizante e alienado do processo produtivo capitalista, e que a recuperação do caráter politicamente libertário do projeto socialista teria que ser feita pelo seu desenraizamento da sua base de classe – o que equivale a criar um discurso emancipatório sem um sujeito definido – é o caso de Habermas (1990: III, excurso). Inversamente – mas também ao preço de uma queda no Idealismo – tem-se a postura de um Žižek, que, ao querer preservar a relevância concreta de discurso político propriamente marxista, hipertrofia o seu caráter de pura negatividade, de ímpeto revolucionário (e burocrático, como demonstra a adesão do filósofo esloveno a uma reabilitação limitada do voluntarismo stalinista), mas ao preço do mesmo desenraizamento de uma base social definida.

Ora, o meu ponto de partida na minha apreciação temática da obra de Trotsky – a sua apreciação *ex post* do regime soviético à luz do stalinismo – parte do caráter intransigentemente materialista desta análise. Trotsky não rejeita a experiência soviética, não fala (senão no título das versões estrangeiras) de uma “traição” da Revolução, de um Socialismo “falso”. Ele fala, o tempo todo, do caráter de classe concretamente proletário do estado soviético, mesmo na sua expressão stalinista; precisamente por isso, ele considera que a *forma política* de um Estado *não* se encontra sobredeterminada pela sua base social, e que, muito pelo contrário, dentro

dos limites da sua posição concreta no interior das relações de produção, a mesma classe social *pode escolher agir politicamente de formas extremamente diversas*. O que parece um programa tímido de reforma do Socialismo real em Trotsky (a “democratização” do Partido Bolchevique, a luta contra a sua degeneração burocrática), é na verdade a afirmação de que o Proletariado soviético não estava, como em Althusser, sobredeterminado a seguir apenas o curso “não-humanista” do stalinismo – mais exatamente, o humanismo expresso como ditadura de classe (Althusser, 1996: 227).

Precisamente por isso, a obra de Trotsky não fala sobre o proletariado ser o sujeito universal, mas como ele *torna-se* tal, não apenas com a compreensão do seu interesse como sujeito emancipatório concreto, mas também pela capacidade que ele desenvolve de *atrair* outras classes para o mesmo projeto. É exatamente aí que entra a agenda do meu segundo livro publicado sobre Trotsky: a forma como ele, na conjuntura extremamente difícil da Europa Ocidental entre duas guerras mundiais, levanta a questão da simples possibilidade de uma transformação revolucionária em sociedades burguesas complexas, em que a classe operária *strictu sensu* é um sujeito político a mais espremido entre a política burguesa convencional e as demandas pequeno-burguesas de todo tipo, expressas não apenas na ascensão do fascismo mas também na política identitária (das minorias nacionais, religiosas, mulheres, etc.). E, diante desta situação muito mais complexa, na sua fenomenologia, do que a da Rússia de 1917, o que Trotsky martelará é que o Proletariado não se constitui como sujeito histórico meramente por ser uma maioria, como queriam Kautsky (1979) e outros marxistas “sociológicos”; ele tem, pelo contrário, a obrigação de *tornar-se* tal, de atrair a si a “classe média” para um projeto político comum e emancipatório.

Projeto emancipatório este que se torna possível através do problema fundamental da obra de Trotsky – e assunto do meu terceiro trabalho publicado (e de uma versão alternativa em inglês publicada – inadvertidamente – em esquema de *printing on demand* por mim, numa uma editora alemã talvez pouco confiável): o conceito de *Revolução Permanente*.

A Revolução “Permanente” deve ser entendida, na sua “permanência”, não como repetição constante e artificiosa de uma explosão revolucionária fabricada pelo voluntarismo do sujeito, mas como uma *continuidade* – no caso, de uma Revolução Burguesa cujo desiderato de Liberdade e Igualdade permanece historicamente *incompleto*, limitado pelas relações de propriedade burguesa, até que venha a completar-se pela transformação

socialista. Toda sociedade burguesa é “atrasada”, na medida em que todas as sociedades capitalistas históricas preservam uma panóplia de privilégios nela incrustados, em benefício de direitos de propriedade estabelecidos e bem concretos, assim como em detrimento da igualdade, ainda que meramente abstrata.

Sustento no meu quarto (ou quinto, se contadas as duas versões do trabalho sobre a Revolução Permanente) trabalho sobre Trotsky, de publicação aprovada, mas ainda não financiada em coedição pela FAPERJ - que tem por objeto específico a avaliação que Trotsky faz da política americana a partir da realidade dos anos 1920 e 1930 - que Trotsky, diante da especificidade política dos EUA, expressa na ausência de um partido socialista de massa, tiraria uma consequência lógica da teoria da Revolução Permanente quando estabelece que a construção de tal partido socialista de massa *teria obrigatoriamente de passar pela política de identidade* - e mais exatamente, pelo movimento negro, que constituiria a sua base *necessária* - na medida em que uma classe operária cujo núcleo mais organizado fosse branco e racista, estaria desprovida de uma *animus* revolucionário, e, portanto seria *incapaz* de constituir-se como sujeito histórico de direito próprio; estaria condenada a nutrir-se de migalhas de privilégios corporativos caídos - ou a ela lançados - da mesa da burguesia - o que as “deploráveis” (*pace* Hillary Clinton) bases sociais da presidência Trump iriam provar cabalmente.

Um quinto (ou sexto) volume, que tem sido programado como parte de um futuro pós-doutorado, buscará estabelecer melhor as relações intelectuais entre o marxismo de Trotsky e o fenômeno político do identitarismo através da sua dupla exposição ao nacionalismo: na sua juventude, enquanto correspondente jornalístico e militante socialista nas Guerras Balcânicas de 1912-1913, em que testemunhou o choque entre os diversos movimentos nacionais irredentistas (sérvio, búlgaro, macedônio, etc.) do Leste Europeu; no final da vida, seu contato com o México de Cárdenas e o populismo latino-americano. Especialmente importante aí é a relação de Trotsky com o elemento *ambivalente* do nacionalismo e o modo como este pode legitimar tanto um projeto político *excludente* (as guerras balcânicas, que ainda estão conosco até hoje, inclusive com sua área geográfica expandida com a queda do bloco soviético) quanto um projeto político abrangente, de criação de uma consciência latino americana ao mesmo tempo nacional e supranacional.

Na sua juventude de militante socialista, o contato de Trotsky com

os movimentos nacionais balcânicos como correspondente de guerra de um jornal liberal de Kiev o levaria a uma posição de oposição ao caráter irredentista e excludente destes nacionalismos, expressa na sua denúncia das atrocidades do exército sérvio contra as populações albanesas, e contra as atrocidades do exército romeno contra os búlgaros, em escritos (Trotsky, 1980) que seriam suficientes para dar-lhe a posição de uma Cassandra profetizando, com quase um século de antecedência, sobre as consequências deletérias da política de identidade do ponto de vista do internacionalismo proletário. Só que uma análise dos escritos trotskianos sobre o nacionalismo não estará completa se não levar em consideração a evolução subsequente sobre esta questão, que passa pelo seu “bloco” com Lenin contra as políticas “russificantes” de Stalin, ponto de partida da luta fracionária durante o interregno de 1923-1928, e terminam nas suas simpatias “populistas” vis-à-vis do México de Lázaro Cárdenas, suas “leniências” vis-à-vis do varguismo, seu interesse nos movimentos camponeses na Bolívia, etc. – que fariam do trotskismo uma espécie de extrema-esquerda do populismo latino-americano subsequente. O que significa que Trotsky foi capaz de reconhecer na já referida ambivalência do nacionalismo o seu traço político constitutivo - o que é fundamental para uma análise da política de identidade que vá além de meramente presumir seu caráter antinômico à política de classe. Esta pesquisa, portanto, visa contribuir para estabelecer uma fenomenologia histórica da relação entre estas duas formas de movimentos políticos dentro do quadro das contradições próprias à sociedade capitalista e às relações entre seu centro e sua periferia.

O projeto sobre um comentário temático em vários volumes sobre a obra de Trotsky continua, assim, “em aberto”, sem que ainda haja um número estabelecido de volumes. Além do sexto volume, acredito que pelo menos mais um volume completo, sobre a relação entre Economia e Política, na obra do revolucionário russo seria absolutamente necessário ao trabalho de conjunto. Seria necessário também escrever um pouco sobre certas questões miscelâneas, como seu trabalho como crítico literário, sua relação intelectual com Freud e a Psicanálise, etc. De qualquer modo, será necessária uma conclusão que busque sublinhar o que, no meu entender, é o mais importante em valor heurístico na biografia intelectual de Trotsky: o fato de que ele hipetofia o valor autônomo do Político, do imaterial e do subjetivo – sem deixar, por um momento que seja, de ser um clássico do marxismo.

2.2.2. Orientações, projetos de pesquisa, direções futuras.

Tenho sido, em um quarto de século como professor da UERJ (e, eventualmente, na UFRJ, onde orientei um único trabalho de graduação) um orientador razoavelmente produtivo, com 40 orientações concluídas em agosto de 2018 – o que é um mérito, antes de mais nada, dos alunos que me honraram com a sua confiança. Tenho me ocupado com orientações sobre temas que, por si só, foram “macro”, de grande fôlego em si mesmos: a questão da identidade cultural e o marxismo em Paulo Gajanigo, os trabalhos sobre a Economia e Sociologia da mineração de Tadzio Coelho, a análise da construção do Socialismo em Cuba de Julian de Araújo Brito. No entanto, tem sido uma preocupação minha buscar orientar projetos que trabalhem com questões micro, relativas à Sociologia da Cultura e da Vida Quotidiana, no sentido de tentar entender de que maneira a subjetividade dos agentes interage com as variáveis macro no sentido de dar direção e sentido aos processos de transformação social. De modo geral, não gostaria de citar individualmente este ou aquele projeto, na medida em que todos foram valiosos, mas entre os trabalhos que orientei, chamo a atenção – citando apenas os mais recentes – para as dissertações de mestrado de Bruno da Silva Bezerra, Maria Cândida Vargas Frederico, Hebe de Souza Oliveira e o trabalho de conclusão de curso de Marcelle Frossard de Araújo, que tratam precisamente de questões como o significado ideologicamente carregado da identidade de “classe média” e seu papel no discurso político brasileiro, em Hebe Oliveira; a questão da educação como capital simbólico e as dificuldades enfrentadas por uma classe média emergente de apropriar-se do mesmo, em Marcele Frossard; as tentativas de intelectuais e artistas de constituírem-se como portadores de um capital simbólico de forma independente da Indústria Cultural, em Bruno Bezerra e Maria Cândida. Todos estes trabalhos colocam o problema fundamental da aquisição e acumulação de um capital subjetivo, de identidade própria e influência por parte dos sujeitos sociais, problema este que adquire especial acuidade num momento em que a esfera pública encontra-se praticamente colonizada na sua generalidade pelos interesses privados, situação esta já antecipada no seu desenvolvimento geral pelo Habermas de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. (Habermas, 1994). Num momento em que os grandes sujeitos objetivos (a classe, o partido) encontram-se eclipsados pela discursividade do pequeno grupo privado – o que só muito raramente se dá no sentido de permitir ao subalterno “poder falar” – subalterno este para o

qual o grande problema da sua época é a conversão do seu *interesse material em desejo subjetivo* (Spivak, 1988).

Precisamente por isso, para além de um pós-doutorado que será ocupado com a pesquisa e redação do sexto volume sobre a obra de Trotsky, proponho-me ainda a publicação já iniciada sobre a obra de Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, que explorasse exatamente a relação de Freyre, precisamente com a questão de como enfrentar a questão da modernidade dentro de um contexto propriamente brasileiro – trabalho este que, ao mesmo tempo, funcionasse como um ensaio em honra à memória do meu orientador acadêmico no então IUPERJ, Ricardo de Araújo Benzaquem, ao qual também estou dedicando um trabalho sobre *Le Cid*, de Corneille. Num momento subsequente, no entanto, pensaria em fazer pesquisa em Sociologia da Cultura e da vida quotidiana, focando em grupos de afinidade que se dedicam à uma “micromilitância” em determinadas áreas bem definidas, principalmente na área do Meio Ambiente (voluntariado ecológico, observação de aves, etc.) de maneira a determinar de que maneira esta atividade de pequeno peso específico, mas intensamente sentida, funciona em termos de constituir o embrião de uma práxis.

3. Conclusão

Por uma questão de minha formação pregressa como economista, fui direcionado a buscar explicações basicamente objetivas sobre fatos sociais. Minha carreira subsequente, no entanto, me chamou a atenção para o papel do *subjetivo* na explicação dos mesmos fatos. Não sei dizer se consegui avançar muito neste sentido. Mas que tenho procurado honestamente avançar – ou pelo menos claudicar – nesta direção – acredito que o tenha feito.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2018.

Referências

- ALTHUSSER, Louis.
(1996). *Pour Marx*. Paris: La Découverte.
- ALMEIDA, A. L. O.; REBELLO de Mendonça, C.E.; PATRICIO, I. E. M. S. ; CAVALCANTI, V..
(1990). *Biotecnologia: Situação Atual e Perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, .
- BENJAMIN, Walter.
(1977). *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag.
- BENJAMIN, Walter.
(1985). "Teses sobre Filosofia da História", In F. Kothe, org., *Walter Benjamin*. S. Paulo: Ática.
- BIELCHOWSKY, Ricardo.
(1996). *Pensamento Econômico Brasileiro, 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, Pierre.
(2006). "A Ilusão Biográfica", IN In: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.
- GAJANIGO, Paulo Rodrigues.
(2012). *Identidade Cultural e Consciência de Classe no Capitalismo Tardio*. Tese de Doutorado, PPCIS/UERJ.
- HABERMAS, Jürgen.
(1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: D. Quixote.
- HABERMAS, Jürgen.
(1994). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- KAUTSKY, Karl.
(1979). *O Caminho do Poder*. S. Paulo: Hucitec.
- MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de.
(1990). *Desenvolvimento da Agricultura no Norte Fluminense 1975/1985*. A Estrutura Geral do Agro Norte-Fluminense Atual. Rio de Janeiro: IPEA-Programa Nacional de Pesquisa Econômica (Texto para discussão).
- MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de.
(2018). *A Educação rural para a modernidade no Brasil da década de 1930: introdução ao arquivo de Joaquim Moreira de Sousa, Diretor da Instrução Pública no Ceará*. Paper apresentado no XIV Congresso da BRASA.
- SALM, Claudio, org.
(1987). *O Mercado de Trabalho Brasileiro: estrutura e conjuntura*. Ministério do Trabalho/IEI-UFRJ.
- SCHWARZ, Roberto.
(1992). *O Pai de Família e Outros Ensaios*. S. Paulo: Paz e Terra.
- SCHWARZ, Roberto.
(2014). *As Ideias Fora do Lugar*. S. Paulo: Penguin.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty.
(1988). "Can the Subaltern Speak?" In Lawrence & Nelson, eds., *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press.
- TROTSKY, L. D.
(1980). *The Balcan Wars 1912-1913*. Nova Iorque: Monad.
- TROTSKY, L. D.
(1986). *Trotsky's Notebooks, 1935-1936: writings on Lenin, Dialectics, and Evolutionism*. Pomper & Felshtinski, eds. Nova Iorque: Columbia University Press.
- VEYNE, Paul.
(1983). *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes? Essai sur l'imagination constituante*. Paris: Seuil.
- ŽIŽEK, Slavoj.
(2006). *Às Portas da Revolução*. S.Paulo: Boitempo.